



**Prefeitura Municipal de Ubá**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**RAZÕES DO VETO**

Ao analisar os Projetos de Lei integrantes da Proposta Orçamentária do Município de Ubá para o próximo ano, vi-me obrigado a opor VETO ao Projeto de Lei 66/97, que **"estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 1998"**, pelas razões que passo a expor.

O veto é parcial e recai sobre os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 (e seu parágrafo), 11, 12 e 13 do referido Projeto de Lei, que, com a redação aprovada pela Egrégia Câmara Municipal de Ubá, rezam:

**"Art. 4º.** Os investimentos na área de saneamento, no que concerne à construção de rede e abastecimento de água e esgotos sanitários, consignados na Função 13 do Anexo VII (Subfunção 1376) desta Lei deverão atender, prioritamente, não necessariamente nessa ordem, as regiões de Santana (Zona Rural), Mangueira, Santa Alice, Chiquito Gazolla, Antonina Coelho, Antônio Maranhão, Eldorado, São Domingos, Bom Pastor, Agrocères, Noeme Batalha, Peluso, Cristo Redentor, São João, São Sebastião, Xangrilá, Louriçal, Valdemar de Castro, Vila Casal, Schiavon e ao Distrito de Diamante".

**"Art. 5º.** Os investimentos na área de transporte, no que concerne a calçamento e ao asfalto, consignados na Função 16 do Anexo VI (Subfunção 1691 - Transportes Urbanos) desta Lei deverão atender, prioritariamente, não necessariamente nessa ordem, às regiões da Ponte Preta, Fazendinha, Antonina Coelho, Antônio Maranhão, Eldorado, São Domingos (nas ruas Goiás, a partir do n.º 615, Mantiqueira e São Jonas), Agrocères, Distrito de Diamante, Santa Bernardete, Schettino, Inês Groppo, Noeme Batalha, Peluso, Louriçal e Xangrilá".

**"Art. 6º.** Os investimentos na área de saúde e saneamento consignados ao Fundo Municipal de Saúde (Função 13, Subfunção 1375 e Categoria de Despesas 4110-Obras e Instalações) no Anexo próprio desta Lei, deverão atender, prioritariamente, não



## **Prefeitura Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

necessariamente nessa ordem, ao Distrito de Diamante, à região do Bairro Santa Bernardete e à região de Ligação."

"Art. 7º. Os investimentos na área de lazer consignados na Função 08 (Subfunção 0846-Ensino Fundamental - Projeto 0846228 - Parques Recreativos e Desportivos) no Anexo próprio desta Lei, deverão atender, prioritariamente, não necessariamente nesta ordem, aos bairros São João e Eldorado".

"Art. 8º. Os investimentos na área de iluminação pública de vias consignadas na Função 09 (Subfunção 0951 - Energia Elétrica - do Projeto 09.51.268.1.073) do Anexo VI desta Lei, deverão atender, prioritariamente, não necessariamente nessa ordem, aos bairros Fazendinha e Antônio Maranhão".

"Art. 9º. Os investimentos na área de proteção ao meio ambiente, no que concerne à defesa contra a erosão, consignados na Função 13 (Subfunção 1377) no Anexo VI desta Lei, deverão atender prioritariamente, não necessariamente nessa ordem, às regiões dos bairros Antônio Maranhão, Agrocères, São Domingos, Eldorado, São Sebastião e à Rua Tenente-Coronel Pedro Batatalha".

"Art. 10. Os investimentos na área de ensino superior, no que concerne à Manutenção de subsídios a estudantes universitários, consignados na Função 08 (Subfunção 0844) do Anexo VI desta Lei deverão atender, prioritariamente, aos graduandos carentes da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Ubá".

"Parágrafo Único. A identificação e seleção dos alunos carentes dar-se-ão pela Direção da Faculdade acima referida e pelo seu Diretório Acadêmico, mediante critérios por ele estabelecidos, sendo encaminhada a relação ao Poder Executivo para os fins previstos no caput deste artigo".

"Art. 11. Os investimentos na área de transporte rodoviário, no que concerne às estradas



## **Prefeitura Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

vicinais, consignadas na Função 16 (Subfunção 1688 - Construção de Estradas e Pontes - 16.88.534.1.086) no Anexo VI desta Lei, deverão atender, prioritariamente à Comunidade Rural de Ubá Pequeno e Ubari, no trecho do referido Distrito ao Município de Dolores de Turvo".

"Art. 12. Os investimentos na área de Proteção ao Meio Ambiente, no que concerne à defesa contra a erosão, consignados na Função 13 (Subfunção 1377 - Construção de Obras contra a Erosão - 13.77.455.1.084), deverão atender, prioritariamente, não necessariamente nesta ordem, às ruas 04, 05 e 06 do bairro São Domingos".

"Art. 13. Os investimentos na área de transporte rodoviário, concernentes às estradas vicinais, deverão atender prioritariamente a ligação dos Distritos de Miragaia e Ubari, promovendo a sua ligação através dos Córregos dos Alfenas".

Percebe-se que a intenção do Legislativo, com a redação dada a esses artigos, seja a de definir prioridades para a execução de obras e serviços públicos. Certamente muitas dessas obras e serviços serão realizadas, dado o interesse do Executivo em atender às reivindicações emanadas dos Senhores Vereadores, observado o planejamento que for definido pela Administração Municipal. Contudo, o Legislativo Municipal incluiu no Projeto de Lei Orçamentária o detalhamento de obras, tema específico do Plano Plurianual, que se encontra aprovado.

As emendas propostas definem detalhamento quantitativo e analítico por cada projeto ou atividade mencionados.

A Constituição Federal em seu artigo 165 define que o Poder Executivo estabelecerá:

- "I - o Plano Plurianual;
- II - as Diretrizes Orçamentárias;
- III - Os Orçamentos anuais"

Define, ainda, no Parágrafo 1º. do mesmo artigo, que o Plano Plurianual "estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração".



## Prefeitura Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS


Está, portanto, caracterizada a existência de matéria estranha ao Orçamento, tendo em vista que foram definidas prioridades de obras, matéria essa que deverá ser tratada pelo Plano Plurianual, no qual, inclusive, consta um Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (fls. 23.001/23.002 da Proposta Orçamentária).

Assim, por não ter o Legislativo distinguido a limitação de cada lei citada na Constituição Federal, definindo parâmetros de uma em outra, maculou de inconstitucionalidade, no nosso entendimento, as emendas aprovadas pela Câmara Municipal.

Com referência ao artigo 10, há de se registrar, também, que os "**subsídios a estudantes universitários**" consignados na Função 08, Subfunção 0844, do Anexo VI, são os definidos pela Lei Municipal n.º 2.264/92, alterada pela Lei Municipal 2.318/92, e referem-se a transporte de estudantes ubaenses matriculados em Faculdades de outros Municípios, que é gerido por comissão constituída pelos próprios estudantes. Não há como, portanto, priorizar tal benefício a favor dos graduandos da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Ubá, exceto se for intenção dessa Casa cancelar o transporte atualmente concedido, o que não acreditamos.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei 066/97.

Atenciosamente,

  
NARCISO PAULO MICHELLI  
Prefeito de Ubá